



Tribunal Regional Federal da 6ª Região

MODERNIZAÇÃO DO 1º GRAU

do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Março/2025



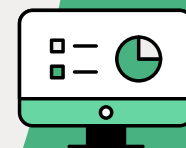
Introdução

A Justiça Federal da 6ª Região está passando por importante reorganização de competências, visando distribuir de forma mais adequada a carga de trabalho entre juízes e servidores. O objetivo é aumentar a eficiência, atender às metas nacionais do Poder Judiciário e aproveitar novas ferramentas tecnológicas para estabelecer as bases para futura equalização da distribuição entre as unidades.

Principais Objetivos da Modernização



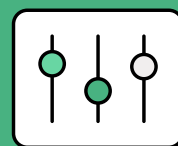
Melhorar a execução do trabalho em todas as unidades da Justiça Federal da 6ª Região.



Utilizar novas ferramentas tecnológicas e automação dos sistemas processuais.



Incrementar o atendimento às metas estabelecidas pelo Poder Judiciário em nível nacional.



Estabelecer condições para uma futura equalização da distribuição entre as unidades do interior.

Regras aplicáveis a todas as unidades

1

JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO

Todas as varas da primeira
instância contarão com
Juizado Especial Adjunto

2

EQUALIZAÇÃO EM MATÉRIA CÍVEL

A equalização de processos
será realizada envolvendo
as varas da Capital e as do
interior do estado.

Competência de Execução Fiscal e Extrajudicial

Uma das principais mudanças na reorganização é a concentração da competência de execução fiscal e extrajudicial em sete varas especializadas da capital.

1

CONCENTRAÇÃO NA CAPITAL

As sete varas especializadas em Belo Horizonte serão responsáveis por todas as execuções fiscais e extrajudiciais da 6ª Região.

2

REMESSA DE PROCESSOS

As execuções atualmente em andamento no interior serão remetidas para estas varas especializadas.

3

NOVA COMPETÊNCIA

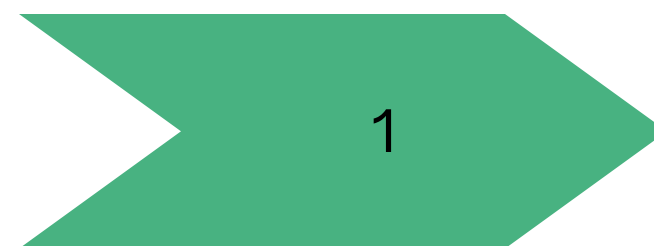
Será criada uma vara especializada em execuções promovidas por conselhos profissionais



Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Competência Criminal: Macrorregiões

A reorganização da competência criminal prevê a criação de 6 macrorregiões, com 8 varas especializadas distribuídas estrategicamente pelo estado.



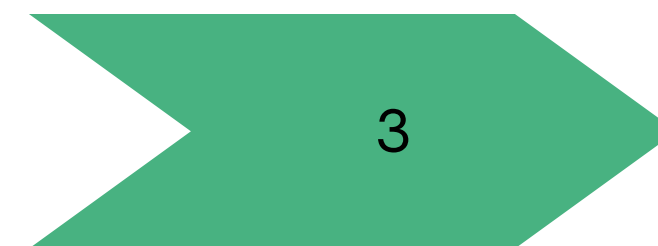
Belo Horizonte

1ª Vara Criminal Federal
2ª Vara Criminal Federal
3ª Vara Criminal Federal



Juiz de Fora

2ª Vara Federal



Montes Claros

3ª Vara Federal



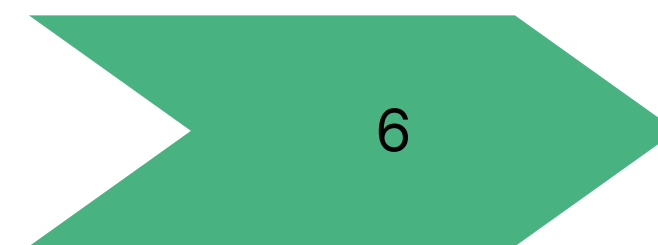
Governador Valadares

2ª Vara Federal



Uberaba

1ª Vara Federal



Uberlândia

2ª Vara Federal

Competência Criminal

FIM DA ESPECIALIZAÇÃO

Julgamento de crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes políticos.

JUIZ DAS GARANTIAS

As varas funcionarão como juiz das garantias por reciprocidade.

JUIZ DE INSTRUÇÃO

Também atuarão como juiz de instrução entre si.

RESOLUÇÃO PRESI 24/2024

O funcionamento seguirá a sistemática estabelecida nesta resolução.

Competência Cível: Principais Mudanças

EXTINÇÃO DOS JEFS AUTÔNOMOS

Todos os atuais juizados especiais federais autônomos, tanto na capital quanto no interior, serão extintos.

CONVERSÃO DE VARA

Uma das atuais varas com competência cível e previdenciária será convertida em vara de execução fiscal.

COMPETÊNCIA CÍVEL

Na capital, haverá 21 varas cíveis com competência ampla.

Estrutura das Secretarias

A reorganização também prevê mudanças na estrutura das secretarias, especialmente na capital, para atender às novas demandas.

Adaptação das Secretarias Unificadas	Definição de Estrutura	Flexibilidade	Fortalecimento das Secretarias Criminal e de Execução Fiscal
As secretarias deixarão de ser únicas para se tornarem unificadas e haverá quatro secretarias para lidar com a matéria cível na subseção judiciária de Belo Horizonte.	A estrutura, as funções e os cargos serão definidos em ato da Administração.	As mudanças visam criar estrutura mais flexível e eficiente para lidar com o novo modelo de competências.	As secretarias criminal e de execução fiscal serão incrementadas para recebimento de maior volume de acervo.



Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Estrutura atual:

13 Varas Cíveis

6 Varas Execução Fiscal

3 Varas Criminais

4 Turmas Recursais

9 Varas JEF

Proposta Modernização - Belo Horizonte

1

Varas Cíveis:

13 Varas-Gabinete e 26 Juízes

2

JEFs:

9 Varas-Gabinete e 18 Juízes

3

Varas de Execução Fiscal:

6 Varas-Gabinete e 12 Juízes



Modernização

Subseção Judiciária de Belo Horizonte

21 Varas Cíveis e JEF adjunto	4 Secretarias Unificadas com 5 e 6 Varas-Gabinete
6 Varas de Execução Fiscal com JEF adjunto e 1 Vara de Execução Fiscal com JEF adjunto especializada em Conselhos Profissionais	1 secretaria única
3 Varas Criminais com JEF Adjunto	1 secretaria única
4 Turmas Recursais	1 secretaria única

Competência Cível: Impacto no Interior

EXTINÇÃO DOS JEFS AUTÔNOMOS

Assim como na capital, os juizados especiais federais autônomos do interior serão extintos. Isso promoverá a uniformização da estrutura em todo o estado.

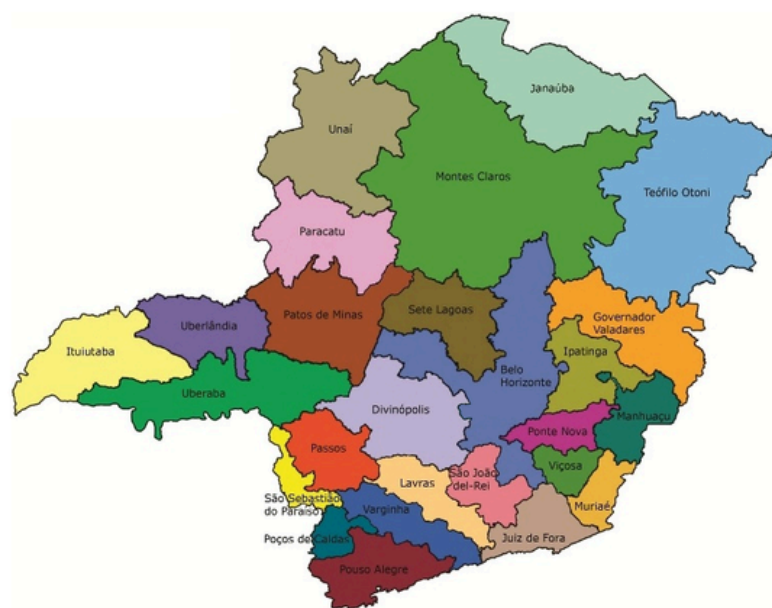
COMPETÊNCIA

As unidades do interior passarão a ter competência cível e previdenciária, além de contar com um juizado especial federal adjunto. Isso permitirá maior flexibilidade no atendimento às demandas locais.



Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Proposta Modernização - Subseções Judiciárias



Subseções Judiciárias de Juiz de Fora e Uberlândia

4 Varas Cíveis/Previd. com JEF
adjunto

1 Vara Criminal com JEF adjunto

1 Turma Recursal

Subseção Judiciária de Uberaba

3 Varas Cíveis/Previd. com JEF
adjunto

1 Vara Criminal com JEF adjunto

Subseções Judiciárias de Governador Valadares e Montes Claros

2 Varas Cíveis/Previd. com JEF
adjunto

1 Vara Criminal com JEF adjunto

Demais Subseções

Varas Cíveis/Previd. com JEF adjunto

Instrução Concentrada

Adoção do procedimento de Instrução Concentrada, com o objetivo de reduzir a litigiosidade, fomentar a conciliação e racionalizar fluxos processuais, gerando maior celeridade a processos previdenciários em trâmite nos Juizados Especiais Federais e Varas Federais, relativamente aos seguintes benefícios previdenciários:

- ✓ aposentadoria por idade rural pura;
- ✓ aposentadoria por idade híbrida;
- ✓ salário maternidade rural;
- ✓ benefícios por incapacidade rural; e
- ✓ pensão por morte com discussão da qualidade de companheiro e/ou discussão da qualidade do instituidor se for segurado rural.

Alteração do núcleo 4.0

Alteração da atual estrutura do NAJ que, diante dos bons resultados alcançados, demonstrou ter condições de assumir a gestão do Núcleo 4.0 PopRuaJud, com competência para o julgamento de causas referentes a pessoas em situação de rua nos termos da Lei 10.259/2001 no âmbito da SSJ Belo Horizonte/MG.

Criação da Central de Benefícios Assistenciais e por Incapacidade, por meio da utilização dos três cargos vagos de juiz federal substituto, que possibilitará o julgamento com fluxo único de todos os processos de benefícios assistenciais e por incapacidade que tramitam em Belo Horizonte.



Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Recursos Humanos: Auxílio do Interior à Capital

Para equilibrar a carga de trabalho e aproveitar os recursos humanos disponíveis, está previsto um sistema de auxílio das unidades do interior à capital, a ser implementado após estudos da administração.

1

Servidores

Varas do interior que perderem competências poderão disponibilizar servidores.

2

Trabalho Remoto

Os servidores poderão trabalhar remotamente, permanecendo em suas unidades de origem.

3

Auxílio à Capital

Os servidores do interior prestarão auxílio à capital.

4

Definição de Números

A quantidade de servidores será definida em ato conjunto da Presidência e Corregedoria.

Impacto nos Jurisdicionados

A modernização de competências terá impacto significativo nos jurisdicionados, que são os usuários finais do sistema de justiça.

1

ACESSO À JUSTIÇA

Com a integração dos juizados especiais às varas, espera-se facilitar o acesso à justiça, especialmente para causas de menor complexidade.

2

CELERIDADE PROCESSUAL

A especialização das varas e a melhor distribuição de trabalho devem resultar em tramitação mais rápida dos processos, beneficiando diretamente os jurisdicionados.

3

QUALIDADE DAS DECISÕES

A concentração de competências específicas em determinadas varas pode levar a decisões mais consistentes e tecnicamente apuradas, aumentando a segurança jurídica.